

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR - 4ª- EDIÇÃO**

JACQUELINE ALMEIDA PRADO DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

SANTANA DO LIVRAMENTO

2015

JACQUELINE ALMEIDA PRADO DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador: Prof Esp. Antonio Paim falcetta

SANTANA DO LIVRAMENTO

2015

RESUMO

Pesquisadores e educadores têm mostrado um crescente interesse pelo estudo das relações entre a família e a escola, devido à sua importância para a educação e o desenvolvimento humanos. Neste estudo teórico, são apresentadas algumas reflexões sobre o envolvimento da família com a escola e seu impacto sobre a parceria que pode acontecer entre ambas. Os benefícios de uma boa integração e as implicações da falta de integração entre as duas instituições são discutidos brevemente, bem como são descritos aspectos das relações estabelecidas entre ambos, que vêm sendo focalizados nas pesquisas rotineiras. Especial atenção é dada às concepções e tipos de envolvimento família-escola e às percepções de pais e professores sobre este envolvimento. Ao final, enfatiza-se a necessidade de uma maior integração entre a família e a escola, respeitando-se as peculiaridades de cada segmento, e da implementação de atividades que levem em conta as inter-relações entre os dois contextos. A construção da parceria enquanto uma relação de cooperação entre as instituições família e escola implica alteridade, ou seja, colocar-se no lugar do outro, e não apenas a troca de ideias ou favores, como aquela colaboração tão conhecida do pai que envia à escola uma contribuição mensal e a prenda para a festa junina. O propósito é que essa parceria se construa através de uma intervenção planejada e consciente, em que a escola possa criar espaços de reflexão e experiências de vida numa comunidade educativa, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre as duas instituições, efetivando, dessa forma, a gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Relação família-escola; Integração; Aprendizagem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 DESENVOLVIMENTO	7
2.1 Os papéis da família e da escola no educar	7
2.2 Papel do Gestor	11
2.3 Repensando as práticas em Gestão Escolar	13
2.4 A importância da família no acompanhamento escolar	16
2.5 Percebendo o papel do Gestor Escolar	19
2.6 Análise das ações	21
3. Metodologia	25
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS.....	31

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Abramowicz (1997), culturalmente, a família e a escola são ambas destinadas ao cuidado e à educação das crianças e dos jovens. Pode-se dizer que à escola coube a função de educar a juventude na medida em que o tempo e a competência da família foram sendo considerados insuficientes para o cumprimento de tal incumbência. Os saberes diversos e especializados, necessários à formação das novas gerações, exigiam cada vez mais tempo. Ainda conforme o autor, é a escola o espaço para o trabalho de apresentação e organização de conhecimentos dessa natureza, diferente, portanto, daquele proporcionado pela família.

O debate sobre a participação da família na vida escolar das novas gerações, como se sabe, não é de agora. Há décadas se vem refletindo sobre como envolver a família, no sentido de promover a sua responsabilidade e torná-la parte do processo educativo. Não há, entretanto, como negar que tal aproximação é uma difícil tarefa por uma série de fatores, como inseguranças, incertezas e a falta de esclarecimento sobre o processo educacional, suas limitações e a sua abrangência. Organizar uma parceria entre escola e família, sob essas condições, pressupõe de ambas a compreensão de que essa relação deve se manifestar de modo que os pais não responsabilizem apenas a escola sobre a educação de seus filhos; por outro lado, a escola não pode se eximir da sua considerável parcela de responsabilidade no processo formativo do aluno (AQUINO, 1997, p. 24).

Este estudo tem por objetivo exatamente trazer à luz elementos que configuram a importância da participação dos pais e da comunidade no trabalho escolar e para se poder aclarar ainda mais essa complexa relação entre escola e família, no que diz respeito aos seus modos mútuos de colaboração, visto que ambas são instituições que formam a base da educação humana.

A etapa do relatório analítico do projeto de intervenção, realizado junto à comunidade escolar de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de Santana do Livramento, foi fundamental para as considerações propostas aqui. Como base metodológica, foi utilizada a pesquisa-ação, que é uma proposta metodológica de estudo que se organiza em diagnóstico, ação,

avaliação e reflexão. Para tanto, foram proporcionadas diferentes ações que visaram trazer a comunidade para interagir tanto no próprio projeto de pesquisa como na escola de um modo geral, proporcionando a construção coletiva das decisões tomadas no âmbito da dinâmica escolar.

Os principais autores que serviram de referencial teórico para o estudo foram Abramowicz (1997), Toledo (2011), Wittman (2004), Pimenta (1995), Saviani (1983) e Hoffman (1993).

Nesse sentido, além da reflexão sobre as estruturas e as funções da família e da escola, este estudo considera as transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna, nas suas instituições, e que exigem uma compreensão dinâmica e respostas mais articuladas dessa relação. Para isso, o presente trabalho está dividido em capítulos: Os papéis da família e da escola no educar; Papel do Gestor; Repensando as práticas em Gestão Escolar; A importância da família no acompanhamento escolar; Percebendo o papel do Gestor Escolar; e Análise das ações.

2 DESENVOLVIMENTO

Nos Capítulos e Subcapítulos a seguir, serão analisadas questões sobre a importância da família junto à escola e no acompanhamento escolar junto aos filhos, bem como reflexões sobre o papel do gestor, de suas práticas democráticas e participativas, escritas sob o enfoque de vários autores e estudiosos sobre o tema desta pesquisa.

2.1 OS PAPÉIS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO EDUCAR

De acordo com TOLEDO (2010), podemos afirmar que a escola se encontra no meio do caminho entre a família e a sociedade. À este delicado lugar, tanto a família quanto a sociedade lançam olhares e exigências.

No que se refere à família, é necessário dizer que a história brasileira nos leva a concluir que não existe um “modelo de família”, e sim uma infinidade de modelos familiares, com traços em comum, mas também guardando particularidades. Nesse sentido, cada família possui uma identidade própria, tratando-se, na verdade, como afirmam vários autores, de um agrupamento humano em constante evolução, constituído com o intuito básico e fundamental de prover a subsistência de seus integrantes e protegê-los. Ainda segundo este autor,

O Estatuto da Criança e do Adolescente, muito sabiamente, consagra em seu artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família. E digo que é sábia essa norma porque penso que os pais são os principais educadores de seus filhos. E isso é assim porque existe uma relação natural entre paternidade e educação. A paternidade consiste em transmitir a vida a um novo ser. A educação é ajudar a cada filho a crescer como pessoa, o que implica proporcionar-lhes meios para adquirir e desenvolver as virtudes, tais como a sinceridade, a generosidade, a obediência, dentre muitas outras (TOLEDO, 2010, p.26).

Afirmam os psicólogos que as crianças e jovens precisam sentir que pertencem a uma família, que estão inseridos em um contexto com laços afetivos e que esse é um vínculo necessário, pois se sabe que a família é a base para qualquer ser e a referência aqui não é somente à família de sangue, mas também

às famílias construídas por de laços de afeto. Família, no sentido mais amplo, é um conjunto de pessoas que se une pelo desejo de estarem juntas, de construírem algo e de se complementarem. É através dessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a desenvolver sua afetividade de modo mais adequado (SÁ, 2006).

Quanto mais estruturado e organizado o ambiente familiar no qual a criança vive, melhor serão desenvolvidas as suas capacidades intelectuais, cognitivas e afetivas, o que irá refletir-se em toda a sua vida pessoal e profissional.

Para que a criança se desenvolva bem, ela precisa de um ambiente afetivamente equilibrado, onde ela receba amor autêntico e onde lhe permitam satisfazer as necessidades próprias do seu estado infantil. Quando isso não acontece, inicia-se uma luta entre o ambiente em que a criança vive e as exigências que ela apresenta, o que fatalmente levará a uma situação de desequilíbrio, possível geradora de comportamentos problemáticos ou até patológicos (JOSÉ, 1989, p. 21).

Hoje em dia, segundo Wittmann (2004), vivemos numa época em que a decadência dos valores tornou-se o maior empecilho para a vida em sociedade. Valores como ética e cidadania estão sendo esquecidos e deixados muitas vezes de fora da educação das pessoas. Por isso, as instituições sociais como a família e a escola não podem deixar que isso continue sem que nada seja feito para mudar esse quadro. É preciso uma integração dessas duas instituições com objetivos em comum e com metodologias adequadas para se tentar resgatar valores tão importantes para a formação do caráter dos educandos. Aí entra a parceria família/escola.

Uma conversa franca dos professores com os pais, em reuniões simples, organizadas, em que lhes seja permitido falar e opinar sobre todos os assuntos, será de grande valia para uma compreensão maior dos filhos/alunos. A construção dessa parceria, muitas vezes, deve partir dos professores, visando, com a proximidade dos pais na escola, que a família esteja cada vez mais preparada para ajudar seus filhos. Isso porque muitas famílias sentem-se impotentes ao receberem em suas mãos os problemas de seus filhos que lhes são passados pelos professores, pois consideram que não estão prontas para isso (PIMENTA, 1991).

Mas o que significa uma parceria saudável entre essas duas instituições? Os pais devem ajudar no ensino dos conteúdos e os professores no dos bons modos? Claro que não. A colaboração que se espera é que família e escola colaborem um com a tarefa do outro, em sintonia e objetivo comum.

Inicialmente, pode-se afirmar que, nos dias atuais, a escola não pode viver sem a família, e a família não pode viver sem a escola, pois, em uma gestão democrática, é por meio da interação, do trabalho conjunto, com o objetivo do desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando, que essas instituições sociais contribuirão para a sua formação integral. Nesse sentido afirma Polonia:

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social (2009, p.11).

Para Saviani (1983), educar não é tarefa fácil, principalmente em uma sociedade com certas tendências sociais de forte influência que não ajudam a melhorar a consciência moral, individual e coletiva. Dessa forma, a escola se apresenta um lugar de possível convivência com um grupo de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

É possível afirmar que os pais, independentemente do seu nível de instrução, são capazes de cooperar com a escola desde que devidamente acompanhados e estimulados, contribuindo para a melhoria da aprendizagem dos filhos. Ainda segundo Polonia:

A importância e a influência da família como agente educativo é inquestionável. Por exemplo, o estabelecimento de um vínculo afetivo saudável entre os pais e seus filhos pode desencadear o desenvolvimento de padrões interacionais positivos e de repertórios salutareos para enfrentar as situações cotidianas, o que permite um ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes em que participa, incluindo a própria escola (2009, p.2).

Hoje em dia há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos. A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma

depende de outra em busca do maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade (POLONIA, 2009, p.30).

Uma boa medida para o acompanhamento, pela família, da educação dos seus membros será, sem dúvida, seguir, dia a dia, de maneira prudente mas real, os estudos dos filhos, ajudando-os discretamente a manter a exigência de um plano diário de estudo.

Percebe-se que muito se tem transferido da família para a escola funções que eram próprias das famílias: educação sexual, definição política, formação religiosa, entre outros. Com isso, a escola vai abandonando seu foco, e a família perde a função. Além disso, a escola não deve ser somente um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva (SILVA, 1987).

Pais e responsáveis não podem transferir totalmente para a escola a difícil tarefa de educar, eximindo-se da sua principal responsabilidade: acompanhar a formação integral do seu filho. Entre a família e a escola, deve existir uma unidade de princípios e de valores que se deve buscar sempre.

2.2 PAPEL DO GESTOR

Dentre as mais diversas funções exercidas dentro da escola, encontra-se o papel do gestor escolar, de suma importância dentro do processo escolar, caracterizando uma gestão democrática.

O caráter da instituição educativa, o caráter da própria prática educativa ou da educação e a própria evolução da teoria da administração da educação demandam cada vez mais um perfil competente para o exercício da gestão escolar, o que requer profissionais preparados e com competências específicas para o cumprimento de suas funções pedagógico-administrativas.

De acordo com Silva (1987, p. 67), no que se refere à habilitação em Supervisão Educacional, evidencia-se, no âmbito epistemológico, a inexistência de estatuto teórico próprio, o que torna essa especialização dependente de fundamentação e a reduz a um instrumental e a serviço de fins reduzidos ao acompanhamento escolar.

É o supervisor educacional um criador de cultura e de aprendizagens não apenas intelectual ou técnica, mas também afetiva, ética, social e política. Esse pedagogo também deve ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para ações mais efetivas e mais eficientes.

Ainda quanto à Supervisão Educacional, Pimenta (1995, p. 148) comenta que esta foi instituída como um instrumento de sedimentação da pedagogia liberal tradicional, com a função de proceder ao ajustamento do aluno à sociedade dada e jamais questionada. Originária da seleção profissional, assentada na crença de que as aptidões são inatas e de que as diferenças sociais são justificadas pelas diferenças individuais, a supervisão educacional foi instrumento de seletividade educacional. Ela incorporou os princípios da escola nova de desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade, partindo de uma concepção idealista do ser humano.

A Supervisão Educacional, como uma parte da organização escolar, amplia e desenvolve os seus métodos de trabalho, atuando como orientação de grupos, mais do que como orientação individual, embora sem eliminar esta. Incorporando as recentes contribuições da psicologia evolutiva, valoriza o aluno

como um ser em crescimento, que precisa ser respeitado nas diferentes etapas do seu processo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o supervisor educacional deve levar em conta as finalidades político-pedagógicas da escola pública em termos de emancipação das camadas populares.

O administrador da escola, na figura do diretor, é o grande articulador da gestão pedagógica e democrática e o primeiro responsável pelo sucesso desta, sendo cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da ideia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo os agentes locais, à maior participação, à maior implicação nas tomadas de decisões. Assim, para o cumprimento das funções sócio-políticas, o gestor deve coordenar a elaboração, a execução e a avaliação de uma proposta educativa escolar que tenha sentido histórico. Em outras palavras, o que se faz no trabalho pedagógico-didático deve ter impacto e ser significativo aos sujeitos históricos.

De acordo com Wittmann (2006, p.33), para cumprir suas funções na prática da gestão escolar, é indispensável que o gestor escolar tenha:

- competência técnico-administrativa;
- representatividade político-comunitária; e
- compromisso público-educativo.

Vemos, assim, que as funções dos gestores escolares estão em franca transformação, saindo de uma perspectiva tecnicista da escola nova, com divisões de funções para os gestores pedagógicos, para uma visão emancipadora de coparticipação, corresponsabilidade nas atividades socioeducativas, assumindo um compromisso público com a educação e a promoção social do educando enquanto sujeito social.

O papel do gestor cada vez mais se solidifica no movimento de construção do processo ensino-aprendizagem, favorecendo a reflexão, o estudo e a aplicação do projeto político-pedagógico construído em cada escola, baseado em uma teoria de aprendizagem e calcado em uma filosofia emancipadora e democrática.

2.3 REPENSANDO AS PRÁTICAS EM GESTÃO ESCOLAR

As práticas da gestão escolar, na sua essencialidade, correspondem às ações necessárias à efetivação da dimensão administrativa da prática pedagógica, que, de um lado, consiste no sentido e no impacto sócio-históricos do que se faz na escola e, de outro lado, na orquestração do conjunto que a congrega.

O princípio básico para uma prática de gestão democrática é o cumprimento das funções fundamentais, tanto a sócio-política, garantindo a relevância e o significado histórico-social do que a escola faz, quanto a pedagógica, garantindo a unidade e a integração de tudo o que se faz dentro dela.

Há basicamente duas tendências que marcam o pensar e o fazer da gestão escolar. Uma prioriza o mercado; a outra prioriza a emancipação humana. Nesse sentido, o projeto político-pedagógico é determinado, em sua raiz, pela visão que a escola tem da sua função, a qual é determinada pela compreensão que a escola tem de educação, de pessoa humana e de sociedade. Não há consenso nessas visões, concepções e compreensões, logo os agentes da gestão escolar movem-se por entre as contradições dessas tendências.

Conforme Braga (2001), a visão marcada pela ideologia do mercado submete tudo à voracidade do capital. Dentro dessa dimensão, a educação é um mecanismo que deve adequar as pessoas ao mercado, transformando-as, elas mesmas, em mercadorias a serem vendidas e compradas (força de trabalho). Essa visão de educação funda-se na lógica do capital que reduz a pessoa a “recurso humano”, a um instrumento de acumulação do capital, pela sua produtividade, aumentada pela educação e pelo consumo. Em função desse pensamento, muitas escolas não se preocupam em trabalhar valores sociais e familiares com seus alunos, mas apenas em prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho, através da ideia de competição e concorrência.

O recrudescimento dessas relações desembocou numa sociedade de exclusão, na qual apenas alguns são incluídos e muitos são excluídos. Nessa perspectiva, as práticas de gestão são essencialmente autoritárias e a administração heterogestionária.

Segundo Wittmann (2006, p. 28), a visão fundada na perspectiva da emancipação humana tem como base as pessoas como sujeitos construtores de sua história e da história da humanidade. A educação é uma intervenção que oferece condições e oportunidades para as pessoas se apropriarem da riqueza produzida pela humanidade para se inscreverem em seu tempo e lugar e, ao mesmo tempo, construírem as condições subjetivas para interferirem originalmente na evolução do mundo e da história.

Essa visão de pessoa e de educação congrega-se com uma sociedade inclusiva. Pelo encontro de saberes, todos os sujeitos da prática pedagógica ampliam seu conhecimento e se desenvolvem como autores de seu futuro. Nessa perspectiva, as práticas de gestão devem ser democráticas, compartilhadas e fundadas na colaboração, na corresponsabilidade e na solidariedade.

Segundo Wittmann (2006, p. 23), a gestão escolar visa formar as pessoas, e, para formá-las, a escola precisa oferecer oportunidades para que as pessoas se emancipem, construam sua liberdade e responsabilidade. A gestão escolar, portanto, tem como principal função garantir a emancipação das pessoas.

A visão emergente reconhece a administração da educação como uma dimensão intrínseca da própria prática social da educação. Essa perspectiva teórica e prática constitui uma ruptura radical e definitiva com a visão gerencial ou heterogestionária, ou seja, uma gestão que deixa de ser entendida como prática de controle ou de apoio à prática pedagógica e passa a entender e a praticar com o mesmo caráter da prática pedagógica emancipadora; é, portanto, uma gestão democrática regida por regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade.

A gestão escolar, por conseguinte, tem como razão de ser a elaboração, a execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola, isto é, há autonomia para cada escola construir a sua proposta educativa, que norteie e dê sentido ao que nela se faz ou se quer fazer.

A função pedagógica diz respeito à orquestração do conjunto. Uma proposta educativa deve ser integral, integrada e integrante. Não pode ser um agregado aleatório de conteúdos e práticas. Deve haver unidade na diversidade. Não se trata de uniformidade, mas de articulação. É como uma orquestra, cada agente educativo, cada ato pedagógico tem sua especificidade e tem de ser

excelente naquilo que lhe cabe, para que o conjunto seja prazeroso e tenha sentido harmônico.

As demais funções da gestão escolar, por mais indispensáveis e importantes que sejam, são adjetivas e complementares.

As práticas em gestão escolar, inerentes ao próprio movimento pedagógico-didático da escola, são tarefas de todos os agentes envolvidos e demandam compartilhamento. Não são de responsabilidade de uma pessoa, mas do conjunto dos agentes, coordenado por uma equipe gestora e órgãos colegiados.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

A célula fundamental na formação e no desenvolvimento do ser humano é, sem dúvida, a família. É o primeiro grupo social que o homem conhece, a base da sociedade. É com a família que o indivíduo aprende quase tudo.

As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente as pessoas da família, influem muito no seu comportamento, uma vez que a criança nasce no seio desta, sendo, portanto, os pais os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que cotidianamente tratam com os alunos reflete-se em muitos dos atos praticados por eles. A ação da família, entretanto, inicia-se no berço, muito antes da ação da escola. Sendo a importância da ação familiar na tarefa educativa reconhecida pela escola, impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda mútua na consecução do ideal educativo.

Muito se fala dessa complexa relação, mas ainda estamos longe de sanar as dificuldades que encontramos ao confrontar família, escola e professores.

Analisar a família e o relacionamento entre seus membros é uma atividade complexa, que requer uma minuciosa observação, uma vez que a rede familiar está inserida num contexto sócio-histórico e sofre influências de problemas oriundos do ambiente externo, que influenciam direta ou indiretamente na rotina da família e transparecem na relação com os filhos, podendo, assim, aliviar tensões ou ampliá-las.

Muitas vezes um aluno pode ser visto como uma figura antipática ou mesmo ser "discriminado" como antissocial, porém, se estudarmos mais a fundo sua personalidade, veremos que não é bem assim. Trata-se de alguém que não aprendeu a lidar com a sua afetividade de forma tranquila e por esse motivo merece uma atenção especial para superar essa barreira.

Infelizmente, alguns pais não se conscientizam da importância do apoio deles junto à instituição escolar do filho e não conseguem ver que a escola possui outros objetivos a serem desenvolvidos com seus filhos. Isso não quer dizer que a escola não deva se preocupar com o desenvolvimento afetivo e as relações de vínculo desenvolvidas pelos alunos, mas, de forma diferente da família, a escola utiliza critérios específicos para avaliar o desempenho, a maturidade e o desenvolvimento das crianças. São essas peculiaridades que os pais não conseguem internalizar. Ao deixar seus filhos na escola ou creche, os

pais passam toda a responsabilidade da educação dessa criança aos educadores e à instituição, e caso o filho apresente um comportamento “inadequado”, os pais culparão a escola, os professores, os colegas, mas nunca colocarão a culpa em si ou assumirão o fato de contribuírem para algumas atitudes do filho.

Alguns pais e professores procuram gerar mecanismos compensatórios para facilitar a aprendizagem da criança "imatura", apelando para prêmios ou recompensas, dando ênfase à memória, realizando, assim, uma aprendizagem mecânica, do tipo comportamentalista, em detrimento de ações coordenadas e refletidas. Ou seja, esses mecanismos compensatórios objetivam a linearidade do comportamento esperado pelas instituições (MOLL, 1997, p. 153).

Em virtude de uma série de problemas, normalmente de ordem material ou afetiva, a família já não é o exemplo de solidez de convivência mútua entre duas pessoas ou mais. Em decorrência disso, as crianças começaram a entrar mais cedo na escola, fato que pode favorecê-las ou desfavorecê-las, dependendo do acompanhamento escolar e familiar realizado. Caso a criança seja bem acompanhada, esse ingresso prematuro na instituição pode ajudá-la a se desenvolver melhor em todos os aspectos sociais, cognitivos, etc. Porém, se a família coloca-a na escola, mas não a acompanha, pode gerar na criança um sentimento de descaso em relação ao seu desenvolvimento.

Essa é a relação mais conflitante, porque apesar de ambas (família e escola) terem como objetivo central a educação de uma criança, os papéis de cada uma devem ser diferenciados durante esse processo. A família, de maneira generalizada, delega algumas obrigações da educação do filho à escola e ao professor, eximindo-se do seu papel fundamental de parceira da instituição de ensino na educação da criança. Os professores, frente a essa nova obrigação, se vêm forçados a responder pelo comportamento positivo ou negativo do aluno, além de se preocuparem com o programa curricular, provas, exercícios, etc.

Aos pais encaminha-se claramente a mensagem do "puxão de orelhas", do dever concordar com a professora, do descobrir o que seu filho anda fazendo, como responsáveis pela má-criação dele. Tais julgamentos e expressões utilizadas tornam-se perigosas diante de famílias menos privilegiadas, incapazes de uma análise crítica sobre determinados aspectos do desenvolvimento das crianças (HOFFMAN, 1993, p. 124)

Os pais muitas vezes não conversam entre si sobre a educação que desejam passar aos filhos e se desencontram. A criança percebe e acaba ficando sem um referencial de apoio e segurança. Também esses pais já têm seus problemas pessoais ou econômicos que ocupam seu pensamento e acabam delegando a terceiros, como a escola, psicólogos e outros, a educação de seus filhos.

É fato que estamos caminhando para uma série de mudanças na estrutura familiar; espero, porém, que o fundamental permaneça sempre para continuar formando homens humanos, com personalidade e individualidade em conjunto. Indivíduos que sejam capazes de amar e respeitar o próximo como seu semelhante.

Dessa forma, considerando a relevância de ambas as instituições como instâncias formativas, é importante que o diálogo se estabeleça entre elas como o primeiro passo para promover o entendimento, a fim de que possam cumprir adequadamente o elevado papel social que possuem junto às novas gerações.

2.5 PERCEBENDO O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

Diante das inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na educação, tanto na sua concepção política como metodológica e cultural, temos de construir e reconstruir o novo papel do gestor pedagógico escolar que está inserido no meio educacional e participa de todas essas mudanças. Durante a elaboração deste estudo, participei de várias reuniões na escola (anexos 1, 2 e 3), nas quais conversei com alguns professores e gestores, aqui denominados P1, P2, P3, e assim por diante. De acordo com a opinião de P1, “o gestor pedagógico tem a função de coordenar o processo pedagógico de sua escola e também de estar atento a todas as mudanças que nela acontecem”.

O gestor P2 está sinalizando para a característica dessa função: coordenar o processo pedagógico, ao mesmo tempo constituir-se um profissional atento às inovações da área educativa.

Como já foi colocado no tópico anterior, existem, no debate acadêmico, duas vertentes de pensamento: aqueles que entendem que o trabalho pedagógico escolar deve ser compreendido, organizado e articulado por um educador que tenha formação integral, onde a teoria e a prática não sejam fracionadas pela visão fabril de funções. A outra vertente se caracteriza por aqueles que continuaram concebendo o trabalho pedagógico escolar como espaço possível de fragmentação para atender às demandas do mercado, sob a concepção que o mundo globalizado exige profissionais especializados nas tarefas escolares.

Segundo Wittmann (2005):

Nós somos uma espécie diferente. As pessoas não nascem predeterminadas inatamente. Elas se produzem historicamente, são artefatos humanos criados no atelier das relações sociais. As pessoas são produtos e produtoras de sua existência sócio-histórica. Gente se produz historicamente. A educação de uma pessoa é tudo o que fez ela se tornar quem ela é, a partir de sua base biológica. Somos quem somos como resultado de nossa educação, deste processo histórico concreto de nossa própria produção (2005, p.36).

A ideia levantada acima conduz à reflexão de nossas características de aprendizes históricos, isto é, nossa formação tem raízes naquilo que recebemos,

nas relações que estabelecemos e nas ideias e valores nos quais acreditamos. Nesse sentido, a escola também se atualiza historicamente; hoje, portanto, as coordenações das ações pedagógicas estão sob a responsabilidade de uma gestão democrática.

Outra questão é o ato pedagógico que se constitui na relação interpessoal entre profissionais da educação e educandos, com o objetivo explícito de educar, de intervir no processo de formação humana. Um objeto específico dessa formação é a aprendizagem, a apropriação do conhecimento e a construção das estruturas subjetivas para construí-lo. A compreensão ou o sentido de conhecimento, assim, é fundamental e determinante para o ato pedagógico e conseqüentemente para a administração da escola.

De acordo com o gestor P3, “o papel do gestor pedagógico é ‘preocupar-se com a aprendizagem dos alunos. Deve também promover na escola espaços para que, por meio de estudos, os alunos possam construir esse conhecimento num ambiente saudável e com um bom relacionamento entre as pessoas”.

Gerir essa educação implica compartilhamento e democracia, tendo a colaboração, a corresponsabilidade e a solidariedade como regras das relações humanas e sociais na instituição educativa e com a comunidade.

Refletir sobre o caráter político-pedagógico e administrativo das práticas que se dão no dia a dia da escola, e que fazem o cotidiano desta escola, é função dos gestores, professores e da comunidade em geral. De acordo com P2, “o professor gestor deve estar ciente das funções da escola na sociedade contemporânea, caracterizadas pela ciência e tecnologia”. Ou, em outras palavras, esse professor está consciente do compromisso social da escola de preparar os alunos para atuar numa sociedade que está inserida na tecnologia.

Tomando a escola como o local em que se busca, de forma sistemática e organizada, a apropriação do saber historicamente produzido e entendendo a administração em seu sentido mais geral e abstrato como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 1986, p,18), e considerando-se, desse modo, objeto da ação administrativa, as práticas escolares realizadas com o propósito de buscar racionalmente o objetivo pedagógico da escola, observamos que é através do papel do gestor que podemos construir uma sociedade mais democrática.

2.6 ANÁLISE DAS AÇÕES

Não dá mais para conceber uma escola de qualidade sem a participação efetiva da família para construir juntos uma educação de qualidade, assim como para encontrar soluções para os problemas que surgem durante a caminhada, pois foi essa a realidade encontrada na primeira ação junto à escola trabalhada: o PPP existente não contemplava a participação dos pais no espaço escolar.

Por isso, é fundamental a escola organizar-se da melhor forma para contar com a presença dos pais e responsáveis: disponibilizar horário acessível à maioria, promover encontros com objetivos claros e de real importância (de maneira a não perder a participação destes por acharem que vêm "só para ouvir bobagens"), dar espaço a opiniões, valorizar a participação, a fim de efetivar uma verdadeira gestão democrática. Foi com essa visão que nosso trabalho junto à escola formou a primeira turma para participar do PROERD (anexos 4, 5, 6 e 7), um Projeto ministrado pela Brigada Militar em que participaram pais, funcionários e professores durante cinco semanas e foram tratados assuntos como drogas, bullying, violência, adolescentes, comportamento, etc.

Nenhuma escola pode achar que consegue trabalhar sem ouvir o que os pais têm a dizer e que não há possibilidade alguma de contribuição das famílias para melhorar o processo educativo. Como negar isso se a ação da família começa desde o berço e não acaba quando o aluno ingressa na escola. Muito pelo contrário, é nesta etapa que ambas, escola e família, devem se aproximar e trilhar o mesmo caminho em busca de melhorar a tarefa educativa.

Se pais e escola não se encontram, depois do ato da matrícula, ficará muito mais difícil para os gestores e equipe diretiva planejarem atividades que contribuam para o sucesso do aluno na vida escolar. Para tanto, é importante que a equipe diretiva disponibilize para os pais desde a matrícula do aluno, o Regimento Escolar, a proposta do PPP, os valores que regem a escola, a sua filosofia e proposta de trabalho e, principalmente, as normas de boa convivência que todos devem conhecer. Assim, nenhum pai ou aluno poderá usar a desculpa, mais tarde, de que não sabia como a escola trabalhava e o que permitia ou não.

O princípio básico para as práticas em gestão escolar é o cumprimento das funções fundamentais, tanto a sócio-política, garantindo a relevância e o significado histórico-social do que a escola possui e produz, quanto a função

pedagógica, garantindo a unidade e a integração de tudo o que se faz na escola. Por isso que outra ação que realizamos na escola trabalhada foi incentivar e garantir a participação de toda a comunidade escolar no Orçamento Participativo (anexos 8, 9 e 10).

Em uma conversa informal com um dos pais, P5 afirmou: “A escola deve refletir criticamente sua ação, articular junto com os docentes a construção e reconstrução de uma prática didático-pedagógica que estimule a aprendizagem dos alunos”.

Esse posicionamento está implicado no que Paulo Freire (1996 p. 23-24) comenta sobre o processo social e dialógico do aprender:

Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo-relativo. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível-depois, processo-trabalhar maneira, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

Nessa perspectiva, a gestão democrática escolar, na sua atuação teórico-prática, coordena a intervenção na formação humana, oferecendo as oportunidades educacionais necessárias para a educação básica de seres sociais, produzido nas relações. Essa coordenação exige o compartilhamento dos segmentos envolvidos na equipe gestora e exige o envolvimento de toda a comunidade em órgãos colegiados.

Para instituir práticas em gestão escolar que expressem e impulsionam a aprendizagem universal, na qual todos aprendem, os agentes da gestão da escola precisam enfrentar os desafios do cotidiano. Dentro dessa perspectiva emancipadora, fundada na transcendência humana, o espaço da gestão escolar é lugar de enfrentamento e luta, ou seja, sempre que estiverem humanos convivendo haverá conflito e diferenças a serem enfrentadas. Nesse caso, na escola, um ano letivo sempre será um chamamento para as mediações

enfrentadas pelos gestores pedagógicos. A gestão coordena a prática pedagógico-didática como a concretização do inédito viável.

Em outra conversa, de acordo com P2, as práticas pedagógicas escolares são assim elencadas:

- organizar os espaços administrativos e pedagógicos;
- elaborar, com a comunidade escolar, o Projeto Político-pedagógico e o Plano de Gestão;
- criar e ocupar espaços de interação com a comunidade para atender às suas necessidades educacionais;
- avaliar, com a comunidade escolar, o processo e as ações administrativa e pedagógica.

A razão de ser das práticas em gestão escolar é o enfrentamento de problemas e desafios. Não haveria necessidade de gestão se não houvesse problemas e desafios que a demandassem. O caráter da prática social da educação determina o caráter da gestão. Ou, em outras palavras, a função da escola é determinada pela compreensão que a escola tem de educação, de pessoa humana e de sociedade.

Ao construir seu projeto político-pedagógico, a escola define sua proposta de trabalho e também os meios para se efetuar a aprendizagem e o sistema de avaliação dos alunos. Daí que se pode observar como os profissionais da educação concebem a pedagogia e que conceitos, crenças filosóficas possuem de escola, sociedade, sujeito, ensino-aprendizagem.

O projeto político-pedagógico é determinado, em sua raiz, pela visão que a escola tem de sua função, que é determinada pela compreensão que seus profissionais têm de educação, da pessoa humana e da sociedade. E, nele, a escola não pode se esquecer de contar a participação dos pais.

A gestão da educação, na contemporaneidade, necessita, pois, ser compreendida a partir dos impactos e das demandas econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas.

A gestão da educação, hoje, ultrapassou essas formas estritamente racionais, técnicas e mecânicas que a caracterizam durante muitos anos, sem contudo prescindir de alguns desses mecanismos, enquanto instrumentos necessários ao seu bom desenvolvimento e ao “bom funcionamento da escola”, mas apenas enquanto instrumentais, a serviço dos propósitos decididos

coletivamente e expressos no projeto político-pedagógico da escola que cumpre, desta forma, sua função social e seu papel político-institucional.

Segundo P2, um membro da Equipe Diretiva da Escola, “anualmente o projeto político-pedagógico é retomado, ao menos em partes, e, ao final do ano, a avaliação institucional é feita em torno da Proposta Pedagógica”.

Ainda comentando sobre esse aspecto, P3 diz que “na sua escola, o trabalho tem um enfoque tradicional, dessa forma distanciando-se da Proposta Pedagógica construída”.

Infelizmente, na nossa atual realidade, ainda encontramos escolas que fazem um esforço para renovar-se e tornarem-se mais democráticas, entretanto ainda persistem escolas tradicionais que possuem no papel uma proposta pedagógica, mas que na prática estão distante dela.

Daí se entende que a gestão da educação é a tomada de decisões conscientes sobre o que fazer a partir de objetivos definidos, necessários para a tomada de decisões. Nesse contexto, a participação da família no espaço escolar e na proposta da escola, bem como o PPP, assumem sua real importância na construção da autonomia da escola e na dinâmica efetiva da comunidade.

E, para finalizarmos, ficamos felizes que, ao final do nosso trabalho junto à escola, um grande número de pais já participava das reuniões e das atividades promovidas pela mesma, sabedores da importância que tem sua presença no seio escolar e no acompanhamento da vida escolar dos alunos.

3. METODOLOGIA

Este estudo foi feito a partir da realização de um diagnóstico com a participação da comunidade de uma escola. A base metodológica usada foi a pesquisa-ação, que é um processo de diagnóstico, ação, avaliação e reflexão, que visa uma reflexão permanente, de uma situação que procuramos modificar.

Neste diagnóstico, primeiramente, foi identificado o problema e estabelecidas possibilidades de diversas ações para solucioná-lo. O interessante, nessa fase, foram as perguntas realizadas, os questionamentos feitos, as análises e o que foi escrito a partir do que foi investigado.

Em um segundo momento, partiu-se para a ação propriamente dita, onde discutiu-se em grupo, planejou-se a concretização dos objetivos, analisando diversas possibilidades de ações que poderão contribuir para solução do problema. O que se quer mudar? Para quê? Como?.

Para isso, foi incentivada a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e no processo de reformulação do PPP.

Neste estágio, foram realizadas várias reuniões (conforme Anexos), pois só assim, com ajuda de todos, é possível concretizar uma gestão democrática. Depois é que virá a avaliação e reflexão.

Este tema surgiu pela percepção de que a comunidade não vivencia a prática da participação e os autores já citados neste trabalho salientam que a participação é indissociável dos direitos e princípios da cidadania, o que leva a uma gestão democrática. A intenção deste trabalho foi a de promover uma transformação na ação e no pensamento de todos os segmentos que formam o contexto escolar.

O instrumento utilizado para desenvolvimento da pesquisa foi uma consulta a comunidade escolar para verificar o que eles conheciam da escola e como participavam da mesma. Com o resultado da consulta em mãos foi constatado que a maioria dos pais não estavam acostumados a participar.

A partir daí, foram proporcionadas diferentes ações que visaram buscar a comunidade para interagir na escola, através de reuniões e atividades tais como, feiras de roupas, almoço beneficente, palestras, onde todos puderam dar sua

contribuição e tomar conhecimento do dia a dia da escola, buscando a construção coletiva nas decisões a serem tomadas.

Foi um desafio motivar e mobilizar a comunidade, pois nem todos os envolvidos neste projeto educacional aceitaram as mudanças e não demonstraram comprometimento desejável. Não foi uma tarefa fácil, pois é necessário o diálogo como forma de mediação entre muitas contradições e dificuldades dentro e fora da escola.

Também foi constatado que um grupo pequeno de todos os segmentos do contexto escolar está se mobilizando para participar do trabalho e das tomadas de decisões. Sabe-se que é um aprendizado a longo prazo, um desenvolvimento contínuo e uma busca constante.

Buscou-se a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e no processo de reformulação do PPP.

CONCLUSÃO

Não há dúvidas de que psicólogos, educadores e demais profissionais que atuam na escola reconhecem a importância das relações que se estabelecem entre a família e a escola e os benefícios potenciais de uma boa integração entre os dois contextos para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do aluno.

O objetivo mais relevante desta proposta é conscientizar a escola do papel que possui na construção dessa parceria: a intervenção pedagógica a estas questões deve ser no sentido de considerar a necessidade de a família vivenciar reflexões que possibilitem a reconstrução da autoestima, a fim de que se sinta primeiramente compreendida, e não acusada, recepcionada e não rejeitada, pela instituição escola. Afora o fato de esta última poder fazê-la sentir-se reconhecida e fortalecida enquanto parceira nesta relação, vivenciando uma gestão democrática.

Investir na qualidade da relação entre escola e família, seja pelo aperfeiçoamento à valorização da participação dos pais no espaço escolar, seja por mudanças na política educacional que priorizem a conquista da cidadania, é uma ação que tem retorno positivo em qualidade de vida e prosperidade.

É necessário se estudar a relação família/escola, em que o educador se esmera em considerar o educando, não perdendo de vista a globalidade da pessoa, percebendo que a criança e o jovem, quando ingressam no sistema escolar, não deixam de ser filho, irmão, amigo, etc. A necessidade de se construir uma relação entre a escola e a família, portanto, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola.

Participar implica ouvir e expor a opinião própria, sobretudo se trata da possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem e compartilhada igualmente em cada etapa do processo educacional, resguardadas as particularidades dos sujeitos envolvidos. Em lugar de a família ser chamada ou convocada na escola apenas quando as coisas não andam bem, quando as notas estão baixas ou quando se precisa de uma ajuda pontual, ela deve ser vista de forma

participativa, como coautora no processo educativo escolar e, conseqüentemente, envolvida mais diretamente na sua concretização.

Dessa forma, observa-se que a relação família-escola é de extrema importância para a construção da identidade e da autonomia do aluno, a partir do momento em que o acompanhamento desta, durante o processo educacional, leva à aquisição de segurança por parte dos filhos, que se sentem duplamente amparados, ora pela escola, ora pelos pais. Isso irá incorrer no favorecimento do processo ensino-aprendizagem e de uma verdadeira gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete e MOO, Jaqueline (orgs.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papiros, 1997.

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

BRAGA, José Carlos de Souza. **A financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais**. In: **Economia e Sociedade**. Campinas: Universidade Federal de Campinas–UNICAMP. Instituto de Economia. n.1, ago/1992. p. 25-49.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

JOSÉ, Elisabete da Assunção. **Problemas de aprendizagem**. Ed. Ática S.A., São Paulo, 1989.

MOLL, Jaqueline e Anete Abramowicz (org). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papiros, 1997.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo, Ática, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo, Edições Loyola, 1991.

POLONIA, Ana da Costa. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/vgn2/vgn2a12.pdf>. Acesso em 13 Out. 2011.

TOLEDO, Fábio Henrique Prado de. **Educação: responsabilidade da família ou da escola?** Disponível em:

<<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo866.shtml>>. Acesso em: 15 Set. 2011.

SÁ, Ricardo. **Orientação e Supervisão Escolar: manutenção ou superação**. Blumenau, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas, Editora Autores Associados LTDA, 1983.

SILVA, Naura Syria F. Correa da. **Supervisão Educacional: uma reflexão crítica**. Petrópolis, Vozes, 1987.

WITTMANN, Lauro. **Práticas em gestão Escolar**. Curitiba, FACINTER, 2006.

-----**Gestão Democrática**. Curitiba, 2004.

ANEXOS

a) Reuniões na Escola

Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3



b) Reuniões do PROERD

Anexo 4



Anexo 5



Anexo 6

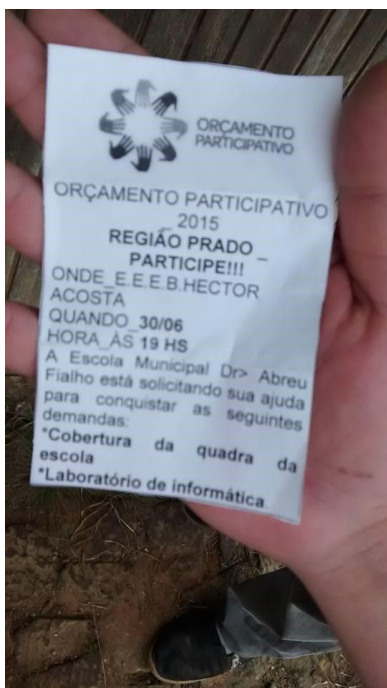


Anexo 7



c) Orçamento Participativo

Anexo 8



Anexo 9



Anexo 10

